ANÁLISE COMPARADA DOS PARECERES CONSULTIVOS OC-32/25 DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS EM MATÉRIA DE MUDANÇA CLIMÁTICA, 23 DE JULHO DE 2025: AFINAL, O QUE MUDOU?

COMPARATIVE ANALYSIS OF ADVISORY OPINIONS OC-32/25 OF THE INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS AND THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE ON STATES' OBLIGATIONS IN RELATION TO CLIMATE CHANGE, JULY 23, 2025: AFTER ALL, WHAT HAS CHANGED?

ANDRADE, Joana de Souza[1]

DUARTE, Juçara[2]

OLIVEIRA, Lucas Paulo Orlando de [3]

RESUMO

Com o intuito de efetivar os direitos ao ambiente saudável como um direito humano frente ao agravamento da emergência climática, o presente artigo apresenta como tema o reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável como direito humano frente à emergência climática no âmbito da Corte IDH e da CIJ. Diante desse contexto, estabelece-se como questão central: afinal, o que mudou no reconhecimento do direito ao ambiente saudável como um direito humano a partir de uma análise comparada entre os pareceres consultivos OC-32/25 da Corte IDH e da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, de 23 de julho de 2025? A partir desse problema investigativo, como objetivo geral, buscar-se-á compreender, por meio de uma análise comparada, as transformações no reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável como um direito humano. Como objetivos específicos, elencam-se os seguintes: (i) apontar as normas vigentes e os conceitos pertinentes dos pareceres consultivos e (ii) identificar os avanços jurídicos do ambiente saudável como direito humano por meio da análise comparada dos pareceres consultivos

[1] Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: jsandrade2@minha.fag.edu.br.

[2] Especialista em Direito, Contabilidade e Tributação do Agronegócio pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF). E-mail: jduarte4@minha.fag.edu.br.

[3] Doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: lucasoliveira@fag.edu.br.

supracitados. A metodologia utilizada é qualitativa e analítica, orientada pelo método comparativo. Os principais resultados alcançados foram a identificação dos avanços normativos provenientes da Corte IDH sobre: o reconhecimento da natureza como titular de direitos, o reconhecimento da titularidade climática, com consequente exigibilidade direta. Quanto à CIJ, destaca-se a atribuição de força vinculante com aplicabilidade mundial ao caráter obrigacional dos Estados perante o dever de diligência como norma consuetudinária e *erga omnes* sobre matéria climática.

Palavras-chave: Ambiente; CIJ; CorteIDH; direito; emergência; parecer.

ABSTRACT

In order to make the rights to a healthy environment effective as a human right in the face of the worsening climate emergency, this article presents as its theme the recognition of the right to a healthy environment as a human right in the face of the climate emergency within the scope of the Inter-American Court of Human Rights and the ICJ. In this context, the central question is established: after all, what has changed in the recognition of the right to a healthy environment as a human right based on a comparative analysis between the advisory opinions OC-32/25 of the Inter-American Court of Human Rights and the ICJ on the obligations of States in the field of climate change, of July 23, 2025? From this investigative problem, as a general objective, it will be sought to understand, through a comparative analysis, the transformations in the recognition of the right to a healthy environment as a human right. As specific objectives, the following are listed: (i) to point out the current rules and the pertinent concepts of the advisory opinions and (ii) to identify the legal advances of the healthy environment as a human right through the comparative analysis of the aforementioned advisory opinions. The methodology used is qualitative and analytical, guided by the comparative method. The main results achieved were the identification of normative advances from the Inter-American Court of Human Rights on: the recognition of nature as the holder of rights, the recognition of climate ownership, with consequent direct enforceability. As for the ICJ, the attribution of binding force with global applicability to the obligation of States before the duty of diligence as a customary and erga omnes norm on climate matters stands out.

Keywords: *Advisory; emergency; environment; IACHR; ICJ; right.*

1 INTRODUÇÃO

Em 15 de novembro de 2017, o Parecer consultivo OC 23/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) reconheceu o direito ao meio ambiente saudável como um direito humano autônomo. Em julho de 2025, dois novos pareceres consultivos foram emitidos, um no âmbito regional interamericano, pela

Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), e outro, na esfera mundial, pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), ambos tratam das responsabilidades pelos danos ambientais causados e as obrigações estatais sob a ótica internacional das mudanças climáticas, marcadas por eventos extremos e desigualdades agravadas. Diante desse cenário, este artigo tem como objeto responder à seguinte pergunta: afinal, o que mudou no reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável como um direito humano a partir dos pareceres consultivos OC-32/25 da Corte IDH e da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, de 23 de julho de 2025?

Formula-se como hipótese primeira que tais pareceres consolidam o direito ao meio ambiente saudável como um direito humano, bem como consiste também em um avanço ao reinterpretar os dispositivos jurídicos e com isso preenche lacunas normativas, fortalece as obrigações jurídicas dos Estados e viabiliza mecanismos de responsabilização internacional, com vistas à proteção efetiva dos direitos humanos e do meio ambiente saudável. Considera-se, contudo, como hipótese secundária, que apesar dos avanços interpretativos promovidos pelos pareceres, ainda persistem lacunas normativas e desafios operacionais que comprometem a efetivação prática do direito ao meio ambiente saudável, e nesse sentido os grupos em contextos marcados por desigualdade socioambiental, estrutural e baixa capacidade institucional enfrentam riscos ampliados.

Diante dessas conjecturas, tem-se como o objetivo geral desta pesquisa compreender, por meio de uma análise comparada, as transformações no reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável como um direito humano, a partir dos pareceres consultivos OC-32/25 da Corte IDH e da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, de 23 de julho de 2025. Para isso, propõem-se dois objetivos específicos: (i) apontar as normas vigentes e os conceitos pertinentes dos pareceres consultivos e (ii) identificar os avanços jurídicos do meio ambiente saudável como direito humano por meio da análise comparada dos dispositivos decorrentes dos pareceres consultivos OC-32/25 da Corte IDH e da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, 23 de julho de 2025.

Justifica-se a presente pesquisa diante do agravamento da crise climática mundial e da urgência em consolidar parâmetros jurídicos internacionais de responsabilidade por eventuais danos ambientais, a fim de efetivar a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Espera-se que este estudo contribua para o debate científico sobre a responsabilidade internacional dos Estados, à luz dos pareceres consultivos da Corte IDH e CIJ.

A metodologia adotada será qualitativa e analítica, orientada pelo método comparativo, com análise documental das normas vigentes e dos pareceres consultivos supracitados. Destaca-se que para fins de análise comparada do presente estudo, o critério utilizado de citação das Cortes será cronológico. Diante do exposto, este artigo se divide em dois capítulos estruturados conforme os objetivos específicos descritos, de modo a permitir a análise das normas jurídicas diante da responsabilidade internacional dos Estados frente à emergência climática.

2 FUNDAMENTOS JURÍDICOS E CONCEITUAIS DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Este capítulo tem como objetivo analisar as implicações jurídicas das mudanças climáticas a partir dos pareceres consultivos OC-32/25 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Internacional de Justiça, de 23 de julho de 2025. Examina-se o diálogo entre marcos normativos consolidados e noções emergentes, como a titularidade climática, a interdependência entre o direito humano a um meio ambiente saudável e o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos.

O reconhecimento internacional do direito ao meio ambiente como condição para o exercício da vida humana com dignidade teve início em 1972, com a Declaração de Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente em seu Princípio 1. Nesse período, o termo “meio ambiente” passou a integrar outros tratados e, em 1988, foi incorporado à Constituição brasileira (art. 225), sob a noção de direito difuso, com ênfase na proteção da natureza como um todo. A Declaração, contudo, não teve força vinculante, pois não foi objeto de ratificação pelos

Estados, consistindo apenas em diretrizes políticas da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A Declaração possuía força interpretativa, com caráter programático, sem obrigações jurídicas, ou seja, um instrumento de *soft law* conforme esclarecem Piovesan e Magalhães (2024, p. 608). Apesar de ser fundante e um avanço para a época, o Princípio 1 da Declaração de Estocolmo pressupõe um meio ambiente saudável, mas não garante sua proteção jurídica direta, isso porque um bem que pertence a todos e a ninguém ao mesmo tempo, não possui titularidade clara e obrigação estatal definida. Na prática, perceber-se-ia que a falta de titularidade favorece a perpetuação da violência ambiental por ausência de justiciabilidade, ou seja, se violado quem poderia reivindicar? A quem responsabilizar? Tem-se desse modo a exemplificação de titular de direito, "a verdadeira parte material é aquela que é titular do direito pretensamente violado". (Ramos, 2022, p.102).

A partir dessa compreensão de titularidade efetiva, e não somente nominal, é possível compreender a interdependência dos direitos humanos com o meio ambiente. No decorrer do tempo, outros instrumentos normativos foram incorporados à dimensão ambiental como parte integrante da proteção dos direitos humanos. Nessa toada, evidenciando a interdependência entre meio ambiente e a humanidade, seguem em 1985, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, seguida pelo Protocolo de Montreal em 1987, o qual estabeleceu medidas concretas para eliminar substâncias causadoras de danos ao ambiente; em 1988, o sistema interamericano, por meio do Protocolo de San Salvador, artigo 11, reconheceu explicitamente, ainda que de forma progressiva, o direito ao meio ambiente saudável. Com isso, houve a adoção da interpretação evolutiva do artigo 26, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), e foi em 2017 por meio do parecer consultivo OC-23/17, o reconhecimento ao meio ambiente saudável como direito autônomo (Corte IDH, 2017, § 62), com dimensões individuais e coletivas, um avanço na reinterpretação, no âmbito do sistema interamericano, porquanto finalmente culmina em 29 de maio de 2025 no parecer consultivo OC-32/25, que consolida o direito ao meio ambiente saudável como exigível, interdependente e intergeracional. Logo em seguida, a Corte Internacional de Justiça publica também seu parecer

consultivo nº 187/25, sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, em 23 de julho de 2025, convergindo o entendimento da interdependência do meio ambiente saudável em relação aos outros direitos humanos.

Cabe salientar que os direitos humanos definidos pela Declaração Universal de 1948, como não previstos o direito ao meio ambiente após a atualização conceitual de 1972, tiveram “de se adaptar à nova concepção de que o acesso a um ambiente sadio é também um direito humano a ser garantido” (Mazzuoli e Teixeira, 2013, p. 200). Nesse sentido é possível identificar os efeitos práticos dessa adaptação à luz dos novos desafios ambientais, através da jurisprudência internacional, pareceres consultivos e resoluções de órgãos como a Assembleia Geral das Nações Unidas ao reconhecer formalmente, por meio da Resolução nº 76/300, publicada em 2022, o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano universal tal qual o direito à vida, à saúde, à água e à alimentação, o direito ao clima saudável como interdependente de outros direitos de igual natureza. Há de se falar ainda sobre um dos mecanismos utilizados no âmbito interamericano para essa adaptação, prática que ficou conhecida como esverdeamento. A Corte IDH reconhece os impactos da degradação ambiental referente à violação do direito à vida, à saúde, à propriedade ou à integridade pessoal; e nesse contexto se desenvolveu “a técnica da proteção ambiental pela via reflexa (ou “por ricochete”)” (Mazzuoli e Teixeira, 2013, p. 207), conhecida também pelos termos *greening* ou esverdeamento, no sentido figurado de “esverdear” os mecanismos de proteção dos direitos. Os autores esclarecem, porquanto, a estratégia de transição que permite o avanço da tutela ambiental dentro dos sistemas regionais de direitos humanos. Embora não substitua a necessidade de reconhecimento direto do meio ambiente como direito autônomo, amplia, paulatinamente, seu alcance.

3 ANÁLISE DOS PARECERES OC-32/25 DA CORTE IDH E DA CIJ SOBRE AS OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS EM MATÉRIA DE MUDANÇA CLIMÁTICA, DE 23 DE JULHO DE 2025

Neste capítulo, será realizada uma análise comparativa de aproximação e distanciamento dos pareceres consultivos OC-32/25 da Corte IDH e da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, de 23 de julho de 2025. A abordagem incluirá breve menção a estrutura e a classificação interna de cada parecer consultivo, para em seguida o desdobramento das principais pautas, organizadas em subtópicos, sem o compromisso de esgotar os respectivos assuntos, alinhadas aos objetos consultivos dos respectivos pareceres.

3.1 Estrutura e classificação interna dos pareceres consultivos

Em observação às normas que regem a função consultiva das cortes, é necessário considerar a organização das respostas jurídicas e a construção da autoridade interpretativa, que envolvem metodologia interpretativa, fundamentos jurídicos, sequência argumentativa e forma de construção da autoridade normativa (OEA, 1969; ONU, 1945). Para uma análise comparativa, é preciso uniformizar essas informações, garantindo que os elementos examinados sejam compatíveis e comparáveis.

Um elemento de distanciamento refere-se ao padrão de referência dos pareceres consultivos. A Corte IDH utiliza numeração sequencial e cronológica, no formato OC-[número]/[ano] (ex.: OC-32/25), enquanto a CIJ adota majoritariamente o título temático do parecer seguido da data de emissão (ex.: Parecer consultivo sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, 23 de julho de 2025), embora internamente possua numeração. Essa distinção não afeta a análise comparativa, mas é relevante para a correta identificação dos pareceres.

Quanto à fundamentação normativa, as cortes internacionais possuem normas e procedimentos próprios. A Corte IDH baseia-se na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com normas procedimentais dispostas nos artigos 70 a 75 de seu Regulamento. Já a CIJ fundamenta-se na Carta da ONU, com procedimentos previstos nos artigos 102 a 109 de seu Regulamento (OEA, 1969; ONU, 1945).

Ambos os pareceres têm origem em mecanismos coletivos e institucionais, solicitados por entes estatais ou intergovernamentais legitimados por tratados

internacionais e seguindo procedimentos formais. O parecer consultivo da Corte IDH OC-32/25 (§§ 1-6, 12, 19, 21) contou com ampla participação de Estados e sociedade civil, sendo solicitado pelos Estados membros Chile e Colômbia, com fundamento no artigo 64.1 da Convenção Americana e nos artigos 70 e 71 do Regulamento da Corte. O parecer consultivo da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, de 23 de julho de 2025 (§§ 405-427), foi requerido pela Assembleia Geral da ONU, nos termos do artigo 96 da Carta da ONU e do artigo 65 do Estatuto da Corte, evidenciando sua natureza institucional e multilateral (CIJ, 2025, §§ 96-97, 440-441).

Quanto à natureza judiciária, ambos são emitidos por tribunais com autoridade consultiva: a Corte IDH atua com competência consultiva e contenciosa (Corte IDH, 2025, §§ 37–39), enquanto a CIJ exerce jurisdição e função judicial (CIJ, 2025, §§ 46–47, 457). A finalidade dos pareceres é conferir autoridade jurídica elevada e efeitos normativos e orientadores, embora não sejam vinculantes como sentenças contenciosas.

O objeto de pesquisa dos pareceres varia de acordo com o escopo do alcance das Cortes, e da sua própria finalidade enquanto organização, além das perguntas centrais a responder. De modo que para a Corte IDH o objeto central do parecer está nas obrigações dos Estados para responder à emergência climática no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Em contrapartida, a CIJ nas obrigações dos Estados sob o Direito Internacional.

As perguntas que norteiam o objeto da consulta, de acordo com os §§ 1 a 6 e 217 do parecer consultivo concerne a interpretação da Corte IDH referente às obrigações Estatais derivadas da Convenção Americana e do Protocolo de San Salvador, que foram reformuladas (Corte IDH, 2025, §§ 24-29) para atender três eixos interpretativos: (i) direitos substantivos, (ii) procedimental e (iii) proteção de grupos em situação de vulnerabilidade sob perspectiva intergeracional. Em contrapartida, o escopo da CIJ é mais abrangente e voltado à construção de uma estrutura jurídica geral, aplicável a todos os Estados, sem delimitação regional, visto que tem como objeto a interpretação das obrigações dos Estados sob o Direito Internacional em sentido amplo, incluindo tratados ambientais multilaterais (como a UNFCCC, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris), normas consuetudinárias e princípios gerais

(CIJ, 2025, §§ 88-100;185,186). Quanto ao sujeito passivo, os pareceres tratam das responsabilidades internacionais dos Estados frente à emergência climática, abordadas pela Corte IDH (2025, §§ 548-551, 557-560) e pela CIJ (2025, §§ 369-372, 395-397, 407-410).

No âmbito geográfico, a Corte IDH aplica a CADH, o Protocolo de San Salvador e a Declaração Americana (2025, §§ 39-40, 214), enquanto a CIJ atua globalmente sob a UNFCCC, o Acordo de Paris e os Pactos da ONU (2025, §§ 96-97, 369-370, 440-441). Ambas as cortes utilizam instrumentos complementares: a Corte IDH recorre ao IPCC, à CQNUMC, ao Acordo de Paris, ao Acordo de Escazú e à jurisprudência internacional e nacional, e a CIJ à UNCLOS, a tratados ambientais e aos relatórios do IPCC.

Por fim, sem esgotar os assuntos, a análise de aproximação e distanciamento concentra-se em pautas centrais, como a natureza e abrangência das obrigações estatais, o direito ao meio ambiente saudável e a titularidade da natureza, os grupos vulneráveis e a equidade intergeracional.

3.2 Natureza e abrangência das obrigações estatais

Instiga-se a reflexão sobre a natureza das obrigações estatais: a proteção ambiental pode ser considerada dever universal e/ou inderrogável? Ambos os pareceres destacam que as obrigações dos Estados incluem mitigação, adaptação, cooperação, prevenção, devida diligência e/ou devida diligência reforçada, bem como acesso à justiça, informação climática, transparência e participação pública.

Quanto ao acesso à informação climática, participação pública e justiça ambiental, as Cortes convergem, mas diferem em aplicabilidade e profundidade. A Corte IDH reafirma obrigações positivas contra a desinformação climática, garantindo transparência, participação e justiça (Corte IDH, 2025, §§ 165, 172, 184, 186, 195). A CIJ incorpora obrigações procedimentais derivadas da diligência e cooperação, coexistindo com normas consuetudinárias (CIJ, 2025, §§ 260-261).

Em relação às medidas de mitigação, os Estados têm o dever de implementá-las e a obrigação de definir metas concretas para alcançá-las (Corte IDH, 2025, §§

323-332). Destaca-se, de forma expressa e urgente, a necessidade de ações destinadas a reduzir ou limitar os impactos negativos das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (Corte IDH, 2025, §§ 194, 321; CIJ, 2025, § 457, “a”). A CIJ, no § 393, condiciona o pleno exercício dos direitos humanos a um meio ambiente saudável, considerando que um ambiente desequilibrado configura violência, devendo os Estados adotar todas as medidas possíveis de mitigação (CIJ, 2025, §§ 403). De igual modo, impõe-se aos Estados o dever de adaptação, ou seja, implementar estratégias que protejam populações e ecossistemas dos impactos das mudanças climáticas, evitando o aumento dos riscos (Corte IDH, 2025, §§ 185; CIJ, 2025, §§ 282, 457, “h”).

No que se refere à cooperação internacional e à adoção de medidas internas, ambos os pareceres reconhecem o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris como instrumentos que estabelecem obrigações relacionadas à mitigação dos GEE e à adaptação climática. A Corte IDH (2025, §§ 247, 248, 253, 258) considera a cooperação internacional elemento essencial para a concretização dos direitos humanos diante da crise climática, compreendida não apenas como dever de solidariedade entre os Estados, mas como obrigação jurídica derivada do princípio da boa-fé. Segundo a Corte, “a obrigação de cooperação assume especial relevância em todos os contextos nos quais a comunidade internacional persegue objetivos comuns ou enfrenta problemas que exigem soluções coletivas” (Corte IDH, 2025, § 253). No âmbito climático, a cooperação é necessária para assegurar o respeito, a garantia e o desenvolvimento dos direitos humanos ameaçados ou impactados pela emergência climática (Corte IDH, 2025, § 258). A CIJ, por sua vez, afirma que “a cooperação é a própria base de esforços internacionais significativos em relação às mudanças climáticas” (CIJ, 2025, § 302), reconhecendo que se trata de obrigação/dever nas relações interestatais, com caráter consuetudinário (CIJ, 2025, §§ 301, 304, 308).

Os pareceres reconhecem a prevenção como elemento essencial em matéria ambiental, reinterpretando-o à luz da emergência climática como dever antecipatório. A Corte IDH recomenda que os Estados adotem medidas antecipadas para proteger direitos humanos e o meio ambiente, mesmo na ausência de certeza científica absoluta (Corte IDH, 2025, §§ 229, 230, 276, 296). De modo similar, a CIJ considera a prevenção uma obrigação jurídica dos Estados, determinando que

adotem medidas eficazes para evitar danos ambientais, enfatizando que “não devem se abster ou atrasar a tomada de medidas de prevenção em face da incerteza científica”, sob pena de responsabilização (CIJ, 2025, §§ 271, 293, 327).

Ressalta-se a correlação entre cooperação e prevenção, reforçada pelo dever de diligência, que impõe aos Estados não apenas respeitar direitos, mas assegurar sua efetividade. Nesse sentido, Piovesan, Fachin e Mazzuoli (2019, p.110) define que a “devida diligência é ônus que se atribui ao Estado para que aja com seriedade e responsabilidade na condução de certos atos procedimentais”. Assim, toda atividade deve ser precedida de avaliação de riscos, mesmo na ausência de danos concretos, demonstrando a ligação estreita entre diligência e precaução.

O dever de diligência, entendido como agir com cuidado e responsabilidade para prevenir danos, é reconhecido por ambas as Cortes, estabelecendo ponto de convergência. Todavia, diferem em aplicabilidade e profundidade: a Corte IDH introduz o conceito de “devida diligência reforçada” proporcional à gravidade do dano e aos grupos vulneráveis (Corte IDH, 2025, §§ 231-237), enquanto a CIJ aplica o dever como obrigação consuetudinária do direito internacional ambiental (CIJ, 2025, §§ 280-300). Nas palavras de Bodansky (2024, s/p), as obrigações consuetudinárias derivam de práticas gerais aceitas como lei (opinio iuris), sendo fonte principal do direito internacional, conforme o artigo 38 do Estatuto da CIJ.

Como destacado no parecer consultivo (CIJ, 2025, §§ 131-139), a mencionada Corte elevou o dever de diligência ao patamar de regra do direito internacional consuetudinário. Assim, a obrigação de agir com diligência por parte dos Estados se apresenta não apenas como uma norma recomendatória, mas como uma regra vinculante do direito internacional, integrando as normas jurídicas aplicáveis à proteção ambiental e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (CIJ, 2025, § 271).

A partir dessa interpretação, verifica-se que o dever de diligência não se limita à adoção de boas práticas, mas impõe aos Estados uma conduta ativa e preventiva, proporcional às suas capacidades e circunstâncias específicas, com vistas a evitar danos ambientais. Nota-se que ao reconhecer que os Estados possuem a obrigação de prevenir os danos ambientais e cooperar para a proteção do meio

ambiente, a CIJ (2025, §§ 271-300), estabelece um novo marco teórico ultrapassando o caráter meramente recomendatório ou programático e conferindo força jurídica ao dever de diligência.

Por conseguinte, o reconhecimento do dever de diligência enquanto norma consuetudinária implica atribuir-lhe caráter *erga omnes*, ou seja, vinculativas a todos os Estados, independente de terem firmado ou ratificado eventuais tratados específicos sobre a matéria de direito ambiental. Trata-se de uma norma de aplicação direta e imediata, que integra o direito internacional e é aceita mediante opinio iuris, ou seja, como uma prática geral (CIJ, 2025, §§ 271-300; Bodansky, 2024, s/p).

A qualificação dessa obrigação no cenário do direito internacional, confere força jurídica ao dever de diligência, tornando sua observância exigível no plano internacional (CIJ, 2025, §§ 271-300). Havendo violação, o Estado incorre em ato ilícito, passível de responsabilização internacional. Nesse contexto, ao se considerar o dever de diligência como uma norma *erga omnes*, nas palavras de Mazzuoli (2025, p.33), essas obrigações são aquelas a todos impostas, que independem de aceitação.

Cumpre ainda mencionar, que há uma divergência conceitual quanto à classificação jurídica das obrigações em matéria ambiental, a CIJ discute que obrigações ambientais ligadas à mudança climática têm caráter especial no cerne do direito internacional, reconhecendo-as como obrigações *erga omnes* (CIJ, 2025, § 440). Isso significa que qualquer Estado pode cobrar o cumprimento dessas obrigações relacionadas à proteção do clima, mesmo sem ter sofrido dano direito, considerando que o clima é considerado um bem comum da humanidade. Contudo, Estados não diretamente afetados só podem exigir cessação e garantias de não repetição, não reparações para si mesmos (CIJ, 2025, §§ 439-443).

No entanto, paralelo ao parecer da CIJ, o parecer consultivo da Corte IDH reconhece que a obrigação de prevenir danos irreversíveis ao clima e ao meio ambiente possui natureza normativa *jus cogens* (Corte IDH, 2025 § 294) de acordo com Ramos (2022, p.20) “significa que, além de obrigatória, não podem os Estados comportar-se de modo a derrogá-la, a não ser que a derrogação seja oriunda de norma de igual quilate”, ou seja, são normas imperativas e inderrogáveis das quais não se admite acordo em contrário. Isso dar-se-á em virtude da interdependência

entre a proteção do meio ambiente e a efetivação de direitos humanos, como à vida, à integridade e à saúde, constituindo condição sine qua non para a habitabilidade do planeta, consolidando que condutas antropogênicas que causam danos irreversíveis, exigem respostas jurídicas universais, imperativas e inderrogáveis (Corte IDH, 2025, §§ 287-294).

Verifica-se uma distinção importante nos pareceres: enquanto a Corte IDH eleva as obrigações ao patamar de normas *jus cogens*, a CIJ as caracteriza como obrigações *erga omnes* (Corte IDH, 2025, §§ 287-294; CIJ, 2025, §§ 439-443). Não há que se confundir, as obrigações *erga omnes* com as normas internacionais de *jus cogens*, uma vez que estas últimas são hierarquicamente superiores às demais normas no cenário internacional, sendo imperativas e inderrogáveis, ao passo que as obrigações *erga omnes* vinculam todos os Estados, mas são passíveis de derrogação (Mazzuoli, 2025, p.33).

3.3 Direito ao meio ambiente saudável como direito humano e a titularidade da natureza

Refletindo a trajetória normativa internacional que vem consolidando o meio ambiente saudável como direito humano interdependente, ambos os pareceres reconhecem que um ambiente limpo, saudável e sustentável é essencial para o gozo dos direitos humanos. O distanciamento entre as Cortes decorre da concepção do meio ambiente saudável: a Corte IDH o considera fim em si mesmo, enquanto a CIJ o vê como meio instrumental, ainda que necessário e interdependente, revelando abordagens distintas quanto à natureza jurídica do direito, à titularidade e à exigibilidade.

A Corte IDH reconhece a interdependência do meio ambiente saudável como valor intrínseco, conferindo ao direito ao clima saudável status de direito humano autônomo, exigível e interdependente (Corte IDH, 2025, §§ 269-275, 298, 317). Tal autonomia protege componentes do ambiente, como florestas, rios e ecossistemas, como interesses jurídicos próprios, independentemente da ameaça direta a indivíduos (Corte IDH, 2025, § 298). Anteriormente, a proteção ambiental era

indireta, condicionada à violação de direitos humanos, como demonstrado nos casos *Kaliña y Lokono vs. Suriname* (Corte IDH, 2015), *Lhaka Honhat vs. Argentina* e *Comunidade Yanomami vs. Brasil* (Corte IDH, 2023), nos quais o meio ambiente só era relevante se afetasse direitos à vida, integridade pessoal, propriedade ou direitos culturais. Essa visão tradicional é substituída por uma perspectiva ecocêntrica, reconhecendo a natureza como sujeito de direitos (Ramos, 2024, p. 392; Corte IDH, 2025, § 280).

Com isso, o avanço mais expressivo da Corte é incluir a "natureza como sujeito de direitos" (Corte IDH, 2025, § 280), integrando o direito ao clima saudável ao núcleo dos direitos humanos da Convenção Americana e do Protocolo de San Salvador. O parecer OC-32/25 estabelece titulares individuais (cada pessoa) e coletivos (humanidade presente e futura, e a natureza), rompendo com a noção de meio ambiente como bem difuso, sem sujeitos de direitos e deveres claramente definidos (Corte IDH, 2025, §§ 302-303). Assim, a natureza, como o ser humano, adquire valor intrínseco, tornando-se autônoma, exigível, interdependente e intergeracional, embora sua titularidade jurídica seja exercida por indivíduos, comunidades e gerações futuras (Corte IDH, 2025, §§ 305-308).

A titularidade climática, portanto, representa um conceito inovador. Embora o direito ao meio ambiente saudável já constasse na Declaração de Estocolmo de 1972 e no Parecer Consultivo OC-23/17, que reconhecia tacitamente o direito como autônomo com dimensões individuais e coletivas, a OC-32/25 consolida qualitativamente esse direito, incluindo a titularidade da natureza como elemento central.

Nessa seara importante observar que os adjetivos autonomia e exigível, somente constam no parecer da Corte IDH, sendo comum em ambos a titularidade intergeracional e proteção de gerações futuras. (Corte IDH, 2025, §109 e § 112; CIJ, 2025, § 146-161). No entanto, no que concerne ao parecer consultivo da CIJ no § 393 faz menção ao seguinte entendimento:

> O Tribunal recorda que **os direitos humanos foram reconhecidos como indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados** (ver Declaração e Programa de Ação, Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena,

> 1993, para. 5). O Tribunal considera, assim, que o gozo efetivo de vários direitos humanos não pode ser plenamente realizado se aqueles que os detêm não puderem viver num ambiente limpo, saudável e sustentável. (CIJ, 2025, § 393, tradução nossa, grifo nosso).

Essa formulação reforça a interdependência entre direitos humanos e ambientais, aproximando-se da lógica da Corte IDH, mas permanece vinculada à proteção indireta, sem reconhecer a titularidade da natureza ou a autonomia normativa do direito ao clima saudável. Para a CIJ (§§ 373-374, 391-393), o direito ao ambiente saudável está condicionado à efetividade de outros direitos, como vida, saúde, alimentação e água. Assim, a proteção ambiental é justificada como meio necessário à realização de direitos humanos já reconhecidos, e não como fim em si mesma com valor e titularidade próprios. No parecer da CIJ, o meio ambiente é abordado de forma difusa: como sistema climático, ambiente limpo, saudável e sustentável. A interdependência é enfatizada, mas não há reconhecimento técnico de autonomia ou exigibilidade direta, diferentemente da Corte IDH.

Portanto, um dos principais pontos de distanciamento entre os pareceres é que a Corte IDH reconhece expressamente a natureza como sujeito de direitos com titularidade própria (§ 280), enquanto a CIJ mantém uma perspectiva antropocêntrica, tratando o ambiente como meio instrumental. O parecer consultivo da CIJ no § 392 sugere exigibilidade por reconhecimento, mas não atribui titularidade direta, e o § 393 ressalta o ambiente saudável como pré-condição essencial para outros direitos humanos, sem conferir autonomia plena.

3.4 Implicações especiais para titulares jurídicos do direito ao meio ambiente saudável: grupos vulneráveis, gerações futuras e a natureza

O reconhecimento da titularidade de um direito, dá ao sujeito o direito de exercê-lo, reivindicar, bem como proteger. A importância prática vê-se ao longo da história no contexto do ambiente saudável, pois esse uma vez considerado difuso, e, portanto, sem titularidade definida, torna-o inexigível. Até os presentes pareceres consultivos o mecanismo regional utilizado era o esverdeamento, conforme explanado anteriormente nessa pesquisa. O grande avanço desse modo consiste no parecer OC-

32/25 da Corte IDH no reconhecimento da natureza como sujeito autônomo de direitos, protegida independentemente da afetação humana. Nessa toada a CIJ conforme já explanado não atribui titularidade jurídica à natureza como sujeito de direitos, seu parecer trabalha sob a ótica da proteção ambiental como meio para garantir direitos humanos dos indivíduos e coletividades.

Em continuidade as implicações especiais, tem-se os grupos em situação de vulnerabilidade por estarem também expostos a riscos desproporcionais frente a emergência climática, como os Estados insulares e indígenas, comunidades tradicionais e pessoas em situação de pobreza, esses em virtude das alusões, são escopo em ambos os pareceres, e desse modo há o entendimento que aproxima as Cortes referente a necessidade de garantir em caráter especial, o acesso à informação, participação pública e justiça ambiental. (Corte IDH, 2025, §§ 103, 194-195; CIJ, 2025, §§ 60, 375).

Não obstante, a Corte IDH, além disso, incorpora a proteção interseccional, e qualifica conforme dispõe nos §§ 195 a 218, quem são os titulares das medidas específicas e diferenciadas, efetivamente garante a exigibilidade direta desse direito. Por outro lado, a CIJ dispõe no § 111 do seu parecer consultivo que a exigibilidade individual desses direitos está condicionada aos tratados específicos, não há desse modo esclarecimento da titularidade para fins de exigibilidade direta no plano geral do direito internacional.

No que concerne à equidade intergeracional, posto desse modo, a consideração dos direitos das gerações futuras na formulação e interpretação das obrigações estatais, é elencado como princípio pelas Cortes, em virtude da manifestação de igualdades dos direitos entre as gerações ser legítima a partir do momento que os recursos hoje utilizados são findáveis, e os titulares futuros ainda não possuem legitimação para reivindicá-los, cabe assim, o dever de zelo e cuidado dos que dela desfrutam hoje. (Corte IDH, 2025, §§ 96,113; CIJ, 2025, §§ 155-157). Diante dessa premissa a equidade e, portanto, a integração geracional, os elementos de distanciamento entre os pareceres se dão mediante a titularidade, dimensão subjetiva, além da profundidade e exigibilidade.

No que se reporta a titularidade e dimensão subjetiva a Corte IDH sob a afirmação intergeracional compõe um reconhecimento inequívoco de um marco internacional do direito ao ambiente saudável como direito humano autônomo, exigível, interdependente, com dimensões individuais e coletivas, vinculado à dignidade humana, pois representa um avanço prático na proteção dos direitos humanos frente à crise climática. De forma correlata, nos quesitos profundidade normativa como fundamento jurídico vinculante e a exigibilidade direta para responsabilização dos causadores de danos climáticos. (Corte IDH, 2025, §10, 96, 113).

Em complemento, mas de modo diferente, a CIJ no § 113 admite a equidade intergeracional como princípio interpretativo, estabelece um fundamento jurídico vinculante, com implicações práticas na responsabilização. Já sob a perspectiva da dimensão subjetiva e titularidade reconhece os indivíduos e coletividades como sujeitos de direito intergeracionais para reivindicar esse direito em nome das gerações futuras.

5 CONCLUSÃO

Ao término desta pesquisa, retoma-se a pergunta central: afinal, o que mudou no reconhecimento do direito ao ambiente saudável como direito humano a partir dos pareceres consultivos OC-32/25 da Corte IDH e da CIJ sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática, de 23 de julho de 2025? A análise comparada indica que ambos representam marcos interpretativos relevantes e complementares, embora com enfoques distintos. Corrobora-se, assim, a hipótese primeira: os pareceres consolidam o direito ao clima saudável como direito humano autônomo e exigível, reinterpretando dispositivos jurídicos, preenchendo lacunas normativas, fortalecendo obrigações estatais e viabilizando mecanismos de responsabilização internacional.

Entre os elementos convergentes, ambos reconhecem um ambiente limpo, saudável e sustentável como condição essencial para o gozo dos direitos humanos e identificam riscos desproporcionais enfrentados por grupos vulneráveis frente à

emergência climática, abordando as obrigações estatais, ainda que sob perspectivas distintas. Quanto às diferenças, a Corte IDH aprofunda os direitos humanos e reconhece a natureza como sujeito de direitos e a titularidade climática (Corte IDH, 2025, § 280), consolidando o ambiente saudável como direito autônomo, exigível, interdependente e intergeracional. A CIJ, por sua vez, confere força vinculante às obrigações ambientais, qualificando-as como normas *erga omnes* e consuetudinárias por meio do dever de diligência, deslocando o direito ambiental do campo da abstração para a concretude jurídica e a proteção intergeracional.

Embora consultivos, alguns pareceres adquiriram caráter *erga omnes* e *jus cogens*, impondo deveres de diligência, precaução e proteção a grupos vulneráveis (Corte IDH) e obrigações universais de cooperação e mitigação (CIJ), ainda que de natureza derrogável. Ambos convergem na exigência de mitigação, adaptação, cooperação e prevenção como deveres estatais.

Conclui-se que os pareceres consolidam um novo paradigma no direito internacional, reconhecendo o ambiente saudável como direito humano, reforçando a responsabilidade internacional dos Estados e aproximando o direito ambiental da concretude jurídica necessária à proteção do planeta e das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BODANSKY, Daniel. **Climate Change and Human Rights: A Rough Guide**. In: Encyclopedia Of Public International Law. Oxford: Oxford University Press, [s.d.]. Disponível em: https://opil.ouplaw.com/display/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e1393. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidades Indígenas Miembros de la Asociación Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) vs. Argentina. Sentença de 6 de fevereiro de 2020** (Fundo, Reparações e Custas). San José, Costa Rica. Disponível em: https://Corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_400_esp.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Pueblos Kaliña y Lokono vs. Suriname.** Sentença de 25 de novembro de 2015 (Fundo, Reparações e Custas). San José, Costa Rica. Disponível em: https://Corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_309_esp.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Opinião Consultiva OC-32/25: Emergência Climática e Direitos Humanos**. San José: Corte IDH, 2025. Disponível em: https://Corteidh.or.cr/tablas/OC-32-2025/index-por.html. Acesso em: 12 ago. 2025.

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530996550. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996550/. Acesso em: 13 ago. 2025.

MAZZUOLI, Valerio de O.; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. **O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Revista Direito GV, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 199–242, jan./jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. [s.l.]: Departamento de Informação, 1945. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972, Princípio 1**. Disponível em: https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972. Acesso em: 13 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José, Costa Rica, em 22 nov. 1969. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/convencion.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PIOVESAN, Flávia; MAGALHÃES, Isabelle. **Direitos humanos e justiça climática: perspectivas e desafios em um sistema multinível**. In: PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. p. 607. ISBN 9788553626434. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626434/. Acesso em: 15 ago. 2025.

RAMOS, André de C. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. pág. 295. ISBN 9786553628762. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628762/. Acesso em: 17 ago. 2025.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 7° ed. São Paulo: Saraiva, 2022.